

A importância interpretativa da Geografia no mundo contemporâneo, numa análise crítica da obra *The power of place. Geography, destiny and globalization's rough landscape*, de Harm de Blij (2008)

João Luís Jesus Fernandes

Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território - CEGOT. Universidade de Coimbra

Harm de Blij (1935), geógrafo norte-americano de origem holandesa, publicou em 2008 *The power of place. Geography, destiny and globalization's rough landscape*. Especialista em Geografia Humana, desigualdades de desenvolvimento, geopolítica e questões ambientais e com experiência em várias instituições universitárias dos EUA, Blij tem divulgado a Geografia nos meios de comunicação social da América do Norte com o propósito de valorizar a importância formativa da literacia geográfica e destacar a sua pertinência na compreensão do mundo contemporâneo e das mudanças estruturais que vão ocorrendo, como as derivadas de fenómenos como o aquecimento global. Esta preocupação reflectiu-se em trabalhos anteriores do mesmo autor, como o *Why Geography Matters* (2005).

Ambos os trabalhos de Harm de Blij, transversais a um conjunto alargado de temas geográficos, devem ser entendidos na sequência do debate que, a propósito da compressão do espaço-tempo derivado do desenvolvimento tecnológico aplicado aos transportes e às comunicações, teria apontado para o fim da importância de dois elementos fundamentais da Geografia - a distância e a localização e, com isso, para o fim da sua relevância conceptual e empírica. Seguindo obras como *Global financial integration: the end of Geography* (O'BRIEN, 1992) ou *O mundo é plano* (FRIEDMAN, 2005), o espaço geográfico mundial tenderia para uma superfície lisa e homogênea onde a regra é a liberdade de circulação dos fluxos e a igualdade de oportunidades, dependendo estas apenas de factores como a maior ou menor conectividade às redes tecnológicas de comunicação que unem um mundo cada vez mais comprimido. Com *The power of place*, Blij rejeita este mundo onde a localização e o efeito de atrito da distância não diferenciariam os lugares entre si e faz uma viagem de 280 páginas por temas que dão heterogeneidade aos territórios e lhes conferem desigual poder. Por isso, o mundo de Harm de Blij é geográfico, marcado por barreiras e

desigualdades expressas em várias escalas geográficas, das quais resulta uma sociedade global de populações com oportunidades assimétricas.

Neste mundo rugoso, a posição geográfica é um factor relevante e condicionador. A localização das actividades económicas, dos conflitos, dos riscos e as territorialidades individuais são componentes estratégicas num mundo em constante mudança. Embora sem o citar, Harm de Blij confirma a tese de Richard Florida (2008), para quem não é irrelevante onde se nasce nem onde se vive. Como refere Blij "*On average, being born in the core confers certainties and opportunities unattainable in the periphery. The exceptions are too few; the disparities grow wider. Geography and density are tightly intertwined*" (2008: 17). Estes factores locativos, nem todos passíveis de escolha e de mudança (como é o caso do lugar de origem), limitam ou ampliam as opções individuais e colectivas. Seguindo Amartya Sen (2003), citado neste trabalho, a fragmentação deste mundo assimétrico ocorre entre os que têm mais e menos liberdade de opções. Essa capacidade de escapar a destinos fatalistas será um importante meio de afirmação e resiliência.

Para Blij, esta desigualdade torna-se evidente na comparação entre populações com territorialidades mais confinadas e uma minoria, adjectivada por este geógrafo como globalizada, com maior capital de mobilidade. Esta divisão opõe os que se limitam a uma territorialidade restrita, vivida em lugares próximos do espaço geográfico de origem e aqueles que, com maior potencial de escolha, alargaram horizontes e espaços de vivência. Este esquematismo, se bem que sedutor, não aprofunda a temática das identidades territoriais e da multiterritorialidade já tratadas por outros autores, como Rogério Haesbaert (2004).

Com efeito, a fragmentação não está apenas na assimétrica distribuição (social e espacial) do capital da mobilidade mas também na forma como cada indivíduo sintetiza, na sua vida quotidiana, as

diferentes dimensões do espaço geográfico contemporâneo: o espaço contínuo, de maior inércia e perenidade, de métrica euclidiana, marcado por fronteiras (e que se traduz, por exemplo, pela nacionalidade) e um espaço de fluxos e vértices, associado à rapidez e a uma métrica topológica (que se concretiza em diversas dimensões de identidade definidas por redes descontínuas, reais ou virtuais). Passando à margem deste debate, Harm de Blij deixa a indicação que cerca de 97% da população mundial organiza o seu quotidiano em redor do seu lugar de nascimento e apenas 200 milhões de pessoas residem fora dos países de nascimento - um reduzido capital de mobilidade que deixa a maioria na forte dependência das inércias locais. A globalização estreitou o mundo e reduziu barreiras mas, na mobilidade espacial da população, persistem entraves fronteiriços, herdeiros do nacionalismo que ainda domina as relações internacionais. Para Blij, o assimétrico capital de mobilidade espacial é um importante factor de desigualdade entre as populações. Um exemplo: nos Estados Unidos da América, em média, uma em cada sete famílias muda de residência em cada ano. Noutros países, como a Índia, essa permeabilidade espacial não ocorre devido a barreiras e condicionalismos: de economia, casta, religião e, entre outros, a língua.

Para este autor, as migrações internacionais reavivam demografias depressivas em continentes como a Europa, atenuam as desigualdades de desenvolvimento e estruturam redes globais de circulação de capital, sustentando, com as remessas dos emigrantes, interessantes fenómenos de desenvolvimento local nos pontos de partida. Estas deslocações podem também contribuir para a construção de um mundo mais dialogante e tolerante. Contudo, a realidade nem sempre o confirma. A rugosidade do mundo nesta matéria é também resultado da instrumentalização política destas migrações, com discursos que variam entre as acusações de descida dos salários médios, aumento do desemprego nos lugares de chegada e a difícil gestão de lugares multiculturais como, exemplo citado por Blij, Sidney na Austrália. Este último argumento contraria a tese de Richard Florida (2008) sobre a mais-valia dos lugares culturalmente diversificados. Harm de Blij alerta ainda para corredores de fractura e tensão, como a fronteira entre o México e os Estados Unidos da América, com uma importância que não diminuiu com a integração de ambos os países na NAFTA (North American Free Trade Agreement). Porém, facto apenas afluído neste trabalho, os maiores quantitativos de deslocados ocorrem no sentido Sul-Sul e não no mais mediatizado sentido Sul-Norte, este último aqui considerado como o *core* geoeconómico mundial. É dentro dos territórios nacionais, como na Colômbia ou em Angola, que as populações mais se movimentam, ou entre territórios vizinhos, sobretudo com fronteiras mais difusas e de

difícil controle, como a linha entre o Zimbabwe e a África do Sul, num tradicional corredor de comunicação entre os dois países.

Seguindo o propósito de desconstrução do conceito de mundo homogêneo e plano, o livro de Harm de Blij dedica um capítulo à Geografia da língua, um outro factor de diferenciação e rugosidade. Para este geógrafo, a ideia irrealista de um mundo isotrópico e comprimido pelas tecnologias de informação significaria a homo-geneização em torno de uma língua franca, o inglês. O domínio deste idioma confere às populações vantagens comparativas relativamente a quem se confina a contextos territoriais de línguas minoritárias e regionalizadas. Com o inglês domina-se a tecnologia e o comércio mundial, discutem-se as questões relevantes das relações internacionais e viaja-se pela rede de aeroportos, hotéis, sedes de empresas e universidades (num espaço mais topológico que euclidiano). Apesar disso, o domínio de outras línguas pode ser uma vantagem comparativa e um capital de diferenciação. Também neste ponto, a localização e o lugar são importantes. A liberdade de escolha e de condução dos destinos individuais e colectivos depende também do contexto linguístico no qual cada um se forma. Também aqui se define o maior ou menor poder de cada lugar e, em consequência, das populações que o habitam, que ali trabalham ou que, de outra forma, o apropriam. Para Blij, também na territorialidade das línguas se comprova a importância da localização e, com esta, da Geografia.

A assimetria de poder entre os lugares passa ainda pela religião, importante factor de identidade das populações e das paisagens culturais. Para Blij, o carácter restritivo e condicionador da formação religiosa e a recente deriva fundamentalista de alguns credos podem limitar a mobilidade sócio-espacial. Consoante o extremismo e o grau de separação com o Estado, a religião poderá diferenciar os níveis de poder entre os lugares e comunidades humanas e constituir um factor de atrito espacial. Como sublinha Harm de Blij, também nesta temática são importantes o lugar e o contexto social e religioso mais ou menos tolerante no qual cada um nasce. Este factor locativo é visível quando se comparam os espaços urbanos com os espaços de menores densidades, uma fractura ainda evidente em muitas regiões do globo. Num exemplo citado, Harm de Blij refere que a discriminação dos intocáveis, cerca de 15% da população indiana que, pelo sistema de castas, está na base da hierarquia social, é mais rigorosa fora que dentro dos centros urbanos. Também neste aspecto, continua actual o 'onde' referido por Amorim Girão, em 1936, enquanto rumo orientador e principal preocupação da Geografia.

Nesta caminhada pelas rugosidades do espaço geográfico, que enfatizam a localização enquanto

factor de diferenciação, Harm de Blij destaca também o aumento quantitativo da população mundial e o consequente acréscimo do grau de humanização da superfície terrestre. Estes dados, associados ao desenvolvimento tecnológico, à velocidade e concentração territorial da demografia e às consequentes interferências humanas em sistemas naturais que buscam, eles próprios, novos equilíbrios, confrontam a sociedade contemporânea com novos e velhos riscos. Contudo, também neste ponto o mundo não é plano e a localização é um factor de diferenciação e/ou predisposição para determinadas crises. Enfatizando a omnipresença do risco e o facto de a Terra ser, na sua totalidade, um planeta vulnerável a ameaças cósmicas, como os meteoritos, Blij percorre temas como a Geografia das doenças, o aquecimento global, os sismos, os tsunamis, os deslizamentos, as cheias ou as tempestades para, num mundo hoje mais habitado, sublinhar a ideia da desigualdade em termos de exposição, prevenção e resposta perante situações de doença ou catástrofe. Como refere este autor, poucos viverão num santuário de segurança mas cada lugar apresenta a sua própria combinação de susceptibilidade ao risco: *"Farmers in Bangladesh live with dangers unimagined by farmers in France. The shaking ground familiar to many Indonesians is not a part of life in Brazil. The Russia of the Urals does not live in fear of the volcanoes towering over Kamchatka. Every place in the world has its own combination of risks. The variability of power of nature spells acute and immediate danger for some, comparative safety for others, but no sanctuary for none"* (2008: 135). Segundo Blij, cerca de 2 biliões de efectivos populacionais habitam contextos espaciais vulneráveis. Para este geógrafo, o aquecimento global poderá colocar em risco algumas ilhas de baixa altitude, como as Maldivas ou Kiribati, deltas como o Bangladesh, ou mesmo alguns espaços urbanos litorais. Sem utilizar esta expressão de forma directa, Blij refere-se ao conceito de resiliência, que muda de lugar para lugar, o que confere à temática dos riscos uma dimensão geográfica importante. *"The potential dangers from rising sea level to inhabitants of low-lying areas of rural Bangladesh are very different from those confronting urban parts of Pacific Rim China where resources needed for responses ranging from relocation to remediation are far more plentiful"* (2008: 238). Com efeito, uma potencial crise na conurbação Tóquio-Yokoama, localizada no encontro de 3 placas tectónicas, será atenuada: na óptica da prevenção, pela qualidade anti-sísmica das construções; e, no que respeita à reacção, pela cadeia de ajudas que se envolveriam com uma região urbana com importância mundial. Para Blij, não seria imaginável igual interesse por uma crise semelhante noutras cidades posicionadas fora deste eixo central. De facto, o poder de cada lugar e das populações que

o vivem depende muito da exposição e da capacidade de reacção aos potenciais riscos, naturais ou tecnológicos, susceptíveis de os afectar.

Os países centrais serão mais consistentes na reacção às catástrofes ambientais mas, mesmo nestes, como sucedeu com a onda de calor em França, em 2003, algumas populações serão mais vulneráveis que outras: neste caso, foram idosos a maior parte das vítimas dos cerca de 30 mil óbitos que ocorreram. O furacão Katrina, de 2005, afectou sobretudo os mais pobres dos residentes de New Orleans. Para Homer-Dixon (2006), citado neste livro, estas crises ambientais, numa temática também explorada pela Ecologia Política, podem contribuir para situações de insegurança e tensão social, sobretudo em países com baixo índice de desenvolvimento humano.

Destas rugosidades resulta uma demografia mundial segmentada em termos de saúde e qualidade de vida. Também neste aspecto, não é igual ter-se nascido neste ou naquele grupo social, aqui ou ali, num território com poder económico, tecnológico e organizativo de combate à doença ou, num outro extremo, em territórios onde são mais fortes as possibilidades de morte prematura. Apenas um exemplo: quando, nas duas últimas décadas do século XX, ao longo do Rio Grande, a febre de dengue atacou os EUA e o México, foram diagnosticados 64 casos na margem norte, e 62514 na margem sul. Apesar da proximidade geográfica, a distância está nos índices de pobreza e nas condições sanitárias.

Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio dão relevo aos indicadores de saúde e, sobretudo, às doenças que afectam em especial os países mais pobres. Contudo, nas últimas décadas foi visível o retrocesso na esperança média de vida de alguns países africanos, pela difusão do vírus HIV mas também pela expansão de doenças tropicais. As alterações climáticas e a concretização de alguns projectos de desenvolvimento mal planeados, como a construção de barragens e a consequente criação de lagos artificiais, deram novo impulso a doenças como a malária. A má qualidade da água, quer pelo crescimento demográfico, quer pela difusão de focos poluidores, está na origem desta fragmentação sanitária. Blij cita mesmo o caso particular do Ganges, um dos mais poluídos cursos de água do mundo que, pela sua apropriação religiosa, tem propagado muitas doenças. Os conflitos, a fome e as más condições sanitárias, têm proporcionado, nos finais do século XX e inícios do século XXI, a difusão da cólera em regiões como Angola, Darfur, Somália ou Ruanda.

A corrupção mas também o desinvestimento em sistemas de saúde, sobretudo no contexto de políticas de restrição dos investimentos públicos nesta área (na

chamada Era do Ajustamento Estrutural, aplicada em muitos países no final do século XX), estão entre os principais factores que conduziram a esta desigualdade. A rugosidade do mundo está ilustrada, por exemplo, nas assimetrias em indicadores estruturais como a taxa de mortalidade infantil. No entanto, uma fracção minoritária da população mundial circula por corredores de conforto e segurança (Blij refere-se mesmo à importância das consultas do viajante). Por outro lado, muitos países nos quais os serviços médicos disponíveis para as populações locais são deficientes, fazem parte dos circuitos de turismo médico: são locais de destino de elites - europeus, norte-americanos e cidadãos oriundos dos países da OPEP, que ali se dirigem para receberem tratamentos sofisticados. Estes exemplos testemunham as assimetrias do planeta nestas temáticas relevantes para a qualidade de vida das populações.

Esse bem-estar depende também da estabilidade política e da segurança militar. Para Harm de Blij, esta é outra das rugosidades que condicionam as livres opções de cada cidadão. Por diversas razões, territórios como os Balcãs, a Palestina ou o Cáucaso, têm um longo passado de conflitualidade e colocam, aos seus cidadãos, desafios e condicionalismos muito particulares. Neste ponto, este geógrafo cita alguns casos no continente africano, enquanto paradigmas de territórios condicionados por conflitos armados que deixam rasto no espaço geográfico, nas populações e nas trajectórias de desenvolvimento. A destruição de recursos e infra-estruturas, a deslocação forçada de refugiados e o desmantelamento de cidades e instituições, interferem nas opções de vida das comunidades locais. Enquanto agentes de pacificação, as intervenções internacionais nem sempre vão no melhor sentido. Nalguns casos, acabam por atentar contra os direitos das populações. Porque o interesse geopolítico das regiões é também diferenciado, estas missões não ocorrem com igual frequência a todas as partes do globo. Por isso, Harm de Blij aponta o desigual estado de paz social e militar como outro dos factores que confere rugosidade ao mundo contemporâneo. Por outro lado, os conflitos geram especial atenção por parte dos *media*, que constroem uma imagem negativa de alguns lugares, com consequentes efeitos indutores no comportamento de agentes como empresários e turistas.

Neste trabalho de Harm de Blij, as fronteiras e os mapas político-administrativos, temática com forte dimensão geográfica, merecem amplo destaque, sobretudo pela forma como condicionam o poder de cada lugar e, com este, as oportunidades conferidas às populações. As fronteiras políticas, porque marcam limites de soberania, são rugosidades no espaço geográfico. O mapa político mundial mudou muito a

partir de meados e do fim do século XX com, respectivamente, a criação de novos países pela descolonização do pós II Guerra Mundial e a queda do muro de Berlim, em 1989. No entanto, esse mapa continua em construção, com movimentos secessionistas, mais ou menos bem sucedidos, nos centros geoeconómicos e geopolíticos, mas também fora deste. O poder está hoje alicerçado em factores como o conhecimento, as redes e conectividades, apesar disso, as questões territoriais ainda se colocam, mesmo nas áreas centrais. As forças centrífugas em regiões como a ex-União Soviética e a Ex-Jugoslávia são disso exemplo. A independência do Kosovo mereceu, por parte de Blij, uma ampla análise, assim como os processos de afirmação regional em países como a Espanha, o Reino Unido, a Bélgica, a Itália e a França. A Catalunha, o País Basco, Gales e a Escócia, a Lombardia e o Piedmont, a Córsega, a Valónia e a Flandres, foram temas abordados. Mesmo no Canadá se tem colocado o problema regional, quer com o Quebec, quer com os territórios de autóctones, como os Inuits que, apesar da maior parte já residir em áreas urbanas e suburbanas, reclamam uma auto-gestão mais localizada. Neste contexto, países como Espanha e França redefiniram os respectivos mapas administrativos e regionalizaram-se. Este livro foca ainda o caso belga, internacionalmente relevante porque aqui se instalou a capital da União Europeia, facto que terá justificado o não desmembramento do país entre a Flandres e a Valónia.

Nas regiões de desenvolvimento humano mais baixo, como África, as secessões territoriais recebem, no geral, menos apoios internacionais, facto que condicionaria a afirmação de futuros territórios soberanos. Também neste aspecto o mundo não é plano. Apenas um exemplo: a Somalilândia, a mais estável região norte da Somália (para Blij um Estado falhado pela guerra, fome e refugiados), nunca recebeu os apoios internacionais para a respectiva secessão política, ao contrário do que ocorreu com o Kosovo. O mundo não é plano porque os interesses geopolíticos são regionalmente diferenciados.

Apesar destes movimentos de afirmação regional, para Harm de Blij, a rugosidade e as assimetrias do mundo continuam a depender muito dos Estados, da forma como estes gerem áreas fundamentais como a economia, a educação ou a saúde. Este autor cita o caso concreto da desastrosa política da África do Sul no problema do Síndrome de Imunodeficiência Adquirida, contrapondo-a ao sucesso do Uganda no combate a esta doença.

O poder dos Estados depende também de alguns dados da Geografia que, segundo este autor, não perderam pertinência. A posição geográfica, que

define questões como a vizinhança, o acesso ao mar ou, pelo contrário, o isolamento dos lugares, são dados relevantes e daqui depende muito da sua afirmação. Um país com acesso a um porto marítimo pode negociar com parceiros longínquos. Na óptica deste autor, a maior ou menor estabilidade de um Estado sem costa marítima depende também dos territórios contíguos, como o comprovam países como a Suíça e a República Centro Africana, posicionados em contextos geográficos muito diferentes.

Até a dimensão do espaço geográfico pode ser marcante, uma vez que de uma maior ou menor superfície de um Estado pode depender o grau da sua diversidade interna, apesar do próprio Harm de Blij reconhecer que o poder se define mais pelas redes urbanas e menos pelo valor dos espaços contínuos.

Com efeito, os espaços urbanos, aos quais Harm de Blij dedica um capítulo, são das mais relevantes expressões geográficas e simbólicas de poder. Este está disperso por uma rede de lugares por onde circulam fluxos: de pessoas, bens, capital financeiro, ideias e criatividade. Esta rede, está mais marcada pela conectividade entre estes centros urbanos mundiais, pertencentes ao já antes adjectivado, por Olivier Dolfuss (1998), Arquipélago Metropolitano Mundial, do que pela relação de cada um com os respectivos espaços circundantes.

Numa aproximação ao debate, que não referiu directamente, entre espaço euclidiano e espaço topológico, Blij defendeu a inexistência de qualquer determinismo demográfico na formação dos nós desta rede urbana. Os vértices não coincidem com as cidades maiores, mas sim com as mais criativas: "*Power in the sense of authority is not necessarily reflected by dimension*" (BLIJ, 2008: 194). As cidades são globais pelos fluxos que geram, não pelo tamanho.

O estatuto global da cidade depende do seu poder económico e político, que saiu reforçado com a compressão do espaço-tempo e com a concentração de criativos, mas impõem-se também pelo seu valor simbólico. É na cidade que o Estado e os Impérios inscreveram símbolos de afirmação e foi através das cidades que o poder administrativo, mas também religioso, se difundiu. Por isso, para além de cidades-vértices das principais redes globais de poder, estamos também perante cidades-património, facto que lhes confere uma *cityscape* particular e lhes reforça a individualidade. É assim, num misto de cooperação e de competição, que os espaços urbanos são hoje objecto de estratégias de marketing territorial e planeamento estratégico, um tema apenas ao de leve tratado neste trabalho de Harm de Blij.

Ao mesmo tempo, as cidades constituem um dos principais problemas de desenvolvimento à escala

global. As cidades criam emprego formal mas também actividades informais e, sobretudo em territórios com maiores assimetrias socioeconómicas, atraem populações pobres. Estas chegam à cidade empurradas por factores como a guerra civil, as minas anti-pessoais, o colapso agrícola, a desflorestação ou projectos de desenvolvimento como as barragens. Este processo de urbanização faz-se do espaço rural para cidades mais pequenas e destas para cidades de ranking superior. Assim tem ocorrido nas dinâmicas de urbanização verificadas em continentes como África ou grande parte da Ásia e da América do Sul. Desta mobilidade geográfica nascem gigantes urbanos de difícil governação, espacial e socialmente estratificados, onde a qualidade de vida é menor que em muitos lugares de partida.

Nessas cidades, alguns microterritórios estão conectados com a economia global. Todavia, a maior parte da população continua a viver um quotidiano de economia informal e de subsistência diária, desconectada e, no geral, info-excluída. Neste trabalho discutiu-se o caso brasileiro, mas também a cidade de Lagos, na Nigéria. Esta aglomeração africana é demonstrativa da urbanização desregrada e dos ambientes de violência e má qualidade de vida a jusante das fortes concentrações demográficas. Lagos tem um CBD (na Ilha de Lagos) subdimensionado para a extensão espacial e populacional da cidade, desequilíbrio que comprova o peso da informalidade, do desemprego e da pobreza que tem alimentado o crescimento desta urbe. Por esta e outras razões, o poder político de países como o Brasil e a Nigéria abandonaram os principais aglomerados humanos e deslocaram-se para cidades mais pequenas, Brasília e Abuja, respectivamente. Com isso, os governos aproximaram-se também dos centros geométricos dos respectivos países, dando a esses uma maior centralidade gravitacional.

Como forma de compensar ou atenuar estas desigualdades, tem-se assistido à deslocalização de capital das áreas centrais para as periféricas, em regiões do globo como a África subsaariana, actuando sobre formas de pobreza que, nas palavras de Jeffrey Sachs, têm uma natureza sistémica. Essa transferência é promovida por uma rede de actores, desde agências e instituições da Organização das Nações Unidas, como o Banco Mundial, a Organizações Não Governamentais e a governos centrais, através da Ajuda Pública ao Desenvolvimento. No entanto, os 600 biliões de dólares que o continente africano recebeu nas últimas 5 décadas, são uma panaceia que procura atenuar e dispersar fluxos financeiros que se vão concentrando em escassos pólos. Apesar de Blij não ter aprofundado o tema, estas transferências constituem paliativos e

uma forma de territorializar capital cada vez mais disperso num espaço topológico de agentes com uma complexa multiterritorialidade, como as empresas transnacionais. Este debate abre a discussão, não desenvolvida por Blij, sobre a acumulação de capital no segundo sector (privado), a perda de poder do primeiro sector (os Estados) e a emergência do terceiro sector (ONG's, fundações, entre outros agentes), este último procurando compensar a menor intervenção dos Estados sobre a correcção das desigualdades de desenvolvimento, desvirtuando aquela que, pelo menos na Europa, era uma das suas principais funções.

Harm de Blij enfatiza também os resultados heterogêneos destas ajudas, com efeitos positivos no Gana, por exemplo, mas negativos noutros casos, diversidade que depende de factores como o grau de corrupção que existe em cada país. Por isso, para avaliação dos riscos em que incorrem os investimentos (públicos ou privados), se elaboram rankings e publicam listas sobre a desigual distribuição geográfica do risco dos investimentos e das aplicações financeiras.

Também para Blij, o desenvolvimento é uma questão de *acesso*: acesso à escola, a um hospital, a uma melhor qualidade de vida. A falta de acessibilidade pode depender da distância física, mas resulta também de outras distâncias: a cultural, a social, a económica. É claro que existem enclaves de elites mundiais vivendo em conforto e segurança, mas estes, sobretudo nos países de maiores desigualdades, coexistem com territórios de pobreza, relativamente aos quais se encontram separados por barreiras, em muitos casos visíveis nas paisagens. Também neste aspecto o mundo é rugoso e geográfico.

Essa rugosidade ocorre igualmente no comércio internacional, com a desigual aplicação de taxas alfandegárias ou, no caso da agricultura, com as desvantagens comparativas que resultam das políticas de subsídios aplicadas pelas economias centrais, como a União Europeia e os Estados Unidos da América. Num mesmo sentido, mas sem utilizar esta palavra, Harm de Blij alerta ainda para a desvantagem comparativa do *dumping social*, uma desigual distribuição de direitos e garantias do trabalhador que provoca desvios na concorrência internacional e sustenta casos de violação de direitos humanos.

Por outro lado, para Blij, a simples existência de recursos em territórios nacionais, como o petróleo ou os diamantes, também não garante distribuições mais simétricas da riqueza. Pelo contrário, alguns dos países com maiores assimetrias à escala global dispõem de recursos naturais estratégicos cuja exploração, como ocorreu na Nigéria e no Sudão, provocou sobretudo danos e deslocamentos forçados ou, numa palavra não utilizada por Blij, desterritorializações de comunidades locais.

Neste mundo desigual, geográfico, em crescente urbanização persistem problemas na conservação das paisagens. Sobretudo em países com menores índices de desenvolvimento humano, para Harm de Blij, a concentração urbana não tem levado à preservação patrimonial das áreas de baixas densidades. As cidades são lugares de *in puts* e *out puts*, ávidos de recursos, como a energia e as matérias-primas industriais. A construção de grandes barragens e a desflorestação estão entre alguns dos mais evidentes efeitos geográficos desta voracidade urbano-industrial, que acarreta consigo a subida dos valores de dióxido de carbono e outros gases de efeito de estufa na atmosfera, cujas emissões se pretendem atenuar com o Protocolo de Quioto, ao qual este autor dedica algumas linhas.

Neste mundo rugoso, de contrastes entre as cidades e os espaços rurais ou entre os países mais ou menos corruptos, Harm de Blij dedica um capítulo a uma outra fractura, também esta geográfica: a assimetria de género. O mundo é mais ou menos plano consoante a classe social, o capital acumulado mas também conforme o sexo. Em muitos lugares do globo, homens e mulheres têm oportunidades desiguais, diferente capital de mobilidade, há menos investimento na educação feminina, a mortalidade infantil das raparigas é maior e a literacia menor. Um exemplo: na Índia, apenas 5% da população é bilingue (e fala o inglês) e, desta, a maior parte são homens. O domínio do inglês é, neste país, como noutros, factor essencial para acompanhar a revolução tecnológica. No mundo desenvolvido, as diferenças salariais são também evidentes. Aqui, a Geografia importa pois esse grau de discriminação é diferente de lugar para lugar. Por exemplo, e no caso islâmico, a sharia, não é aplicada do mesmo modo em todos os países. A Geografia da circuncisão feminina é rugosa e a geografia dos dogmas religiosos é também variável, num complexo jogo de aceitação/rejeição que oscila entre o relativismo cultural e a universalidade dos valores.

Como se refere neste trabalho, no geral, as paisagens culturais são obra masculina - são homens os arquitectos, os planeadores e os líderes religiosos. Para Blij, nalguns lugares a territorialidade feminina está reservada aos espaços interiores e domésticos. Estas territorialidades diferenciadas, importantes na nova Geografia Cultural, são uma questão há muito tratada na literatura, como no *Little Women* (1868), de Louise May Alcott, romance que revela o mundo doméstico e interior das mulheres que aguardam os familiares masculinos deslocados na Guerra Civil norte-americana. Nesta passagem, Harm de Blij não aprofunda temas como a feminização da população activa em muitos lugares nem a forma como as mais abertas

territorialidades femininas marcam os espaços urbanos da pós-modernidade.

Ainda assim, para Harm de Blij, apesar dos históricos exemplos de Catarina, a Grande, de Indira Ghandi ou Margaret Thatcher, esta territorialidade assimétrica traduz-se no desigual acesso ao poder, político ou económico, nos governos ou nas empresas.

Sobre Portugal, Harm de Blij faz escassas referências mas aborda temas como a difusão espacial da língua portuguesa e a integração europeia. Neste ponto, o autor destacou a aplicação de fundos comunitários no desenvolvimento regional português e o modo como a adesão à então Comunidade Económica Europeia condicionou o modelo de desenvolvimento do país. Blij referiu-se ainda à presença da malária em Portugal e no sul da Europa até meados do século XX e discutiu os efeitos da catástrofe de 1755. Para este geógrafo, a capacidade de renovação urbana pós 1755 evidenciou a centralidade económica do Portugal da época, centro de uma rede transatlântica de comércio que dotou o país de recursos e, com estes, maior resiliência perante estas catástrofes ambientais.

Em suma, da leitura crítica deste trabalho, destacam-se 3 afirmações de Harm de Blij que resumem o essencial do conteúdo do livro:

"The power of place defines an aggregate of circumstances and conditions ranging from cultural traditions to natural phenomena, into which we are born, with which we cope, and from which we derive our own multiple identities"(BLIJ, 2008: 234).

"A place still is defined by cultural milieus and natural environs whose imprints on its inhabitants are durable and whose power ranges from the infusion of language to the transmission of disease and from the inculcation of belief to the delivery of natural disaster" (BLIJ, 2008: 235).

"The contradictions of globalization leave no doubt: even as its nodes and corridors impose a network of modernization and integration on the world, it also raises barriers and hardens the impress of place. In a sense, globalization is the ultimate megaproject, its urban corporate skylines and rural labor migrations symbolic of a future still to be defined" (BLIJ, 2008: 235).

Com efeito, este texto de Harm de Blij faz um percorrido por algumas das principais questões geográficas contemporâneas. Com este propósito, o geógrafo norte-americano pretende reafirmar o valor formativo e instrumental da Geografia, enfatizando a importância de factores como a localização, a

distância e o acesso. Ao contrário do defendido por outros autores, o mundo é rugoso e a posição geográfica é importante. O ambiente ecológico e cultural do nosso nascimento é determinante, as nossas territorialidades, os lugares de afirmação social e profissional, são importantes para conferir, a cada um, um maior ou menor grau de liberdade de opções e de afirmação da cidadania.

Este *The power of place* é um livro geográfico, sobre problemas do mundo contemporâneo que podem/devem ser objecto de análise por parte da Geografia. Mostra que a Geografia não é uma genérica área de estudo que sofre de dispersão temática, mas sim uma ciência com um propósito - a territorialidade das populações. Em grande parte, os problemas continuam a ter uma dimensão territorial e é pelo território que se define a maior ou menor qualidade de vida. Parte do destino de cada um depende de opções mas estas não são iguais para todos e dependem de múltiplos factores. Um dos mais importantes está vinculado à localização: onde se nasceu! Por onde se passa! Onde se vive!

Bibliografia

- BRUNET, Roger e DOLLFUS, Olivier (1990) - "Mondes nouveaux". In BRUNET, Roger (dir.) - Géographie Universelle. Hachette/Reclus, Montpellier.
- DOLLFUS, Olivier (1998) - *A Mundialização*, Publicações Europa-América, Lisboa.
- FLORIDA, Richard (2008) - *Who's your city?* Basic Books, New York.
- FRIEDMAN, Thomas L. (2000) - *Compreender a globalização. O Lexus e a oliveira*. Quetzal Editores, Lisboa.
- FRIEDMAN, Thomas L. (2005) - *O mundo é plano. Uma História breve do século XXI*. Actual Editora, Lisboa.
- GIRÃO, A. Amorim (1936) - *Lições de Geografia Humana*. Coimbra Editora, Lda., Coimbra.
- HAESBAERT, Rogério (2004) - *O mito da desterritorialização*. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro.
- HOMER-DIXON, Thomas (2006) - *The upside of down: catastrophe, creativity and the renewal of civilization*. Island Press, Washington.
- O'BRIEN, Richard (1992) - *Global financial integration: the end of Geography*. Chatham House Papers, London.
- SEN, Amartya (2003) - *O desenvolvimento como liberdade*. Trajectos, nº57, Gradiva, Lisboa.
- SACHS, Jeffrey (2005) - *O fim da pobreza*. Casa das Letras, Lisboa.